As eleições presidenciais de 8 de fevereiro de 2026 constituem um ponto de inflexão interpretativo na evolução política, social e económica de Portugal. Mais do que um ato eleitoral, representam um indicador avançado da qualidade democrática, da confiança institucional e da perceção coletiva de futuro. A vitória clara de António José Seguro, associada ao crescimento significativo de André Ventura, revela uma dualidade estrutural: a escolha consciente da estabilidade institucional e a consolidação de uma transformação silenciosa no comportamento político. Como sublinha a Comissão Europeia (2026), os ciclos eleitorais contemporâneos funcionam como instrumentos de leitura da resiliência democrática, refletindo simultaneamente estabilidade institucional e tensões sociais latentes.

Num contexto internacional marcado por incerteza geopolítica, transição económica e reconfiguração social, a sociedade portuguesa privilegiou a previsibilidade institucional. Em sistemas semipresidenciais, o Presidente desempenha um papel central como garante da estabilidade democrática e moderador do sistema político. Estudos recentes indicam que, em períodos de volatilidade, os eleitores tendem a favorecer lideranças que transmitam segurança institucional, capacidade de mediação e continuidade governativa (World Bank, 2026). A escolha eleitoral de 2026 deve, portanto, ser interpretada como uma decisão orientada para a redução do risco político imediato e reforço da confiança democrática.

Contudo, a afirmação eleitoral de André Ventura constitui um fenómeno estrutural que transcende a lógica eleitoral imediata. A consolidação de um voto expressivo de protesto evidencia transformações profundas na perceção social, frequentemente associadas ao custo de vida, desigualdades territoriais e distanciamento entre elites políticas e cidadãos. Norris (2026) demonstra que a polarização contemporânea não implica necessariamente instabilidade institucional, mas altera significativamente a dinâmica democrática e aumenta a pressão sobre sistemas políticos. Inglehart e Norris (2026) acrescentam que estas tendências resultam de mudanças culturais e económicas profundas, refletindo sociedades em transição mais do que em rutura.

A análise territorial das eleições reforça esta leitura estrutural. A Madeira evidenciou uma preferência clara pela estabilidade institucional, coerente com a literatura sobre governação em territórios insulares, que identifica a valorização da previsibilidade política, governação estável e relações equilibradas com o Estado central como fatores determinantes (Baldacchino, 2026). Em contextos de insularidade, onde conectividade, economia regional e dependência de decisões nacionais são críticas, o eleitorado tende a favorecer lideranças

mediadoras e institucionalmente confiáveis. Nos Açores, embora a tendência institucional também tenha prevalecido, observou-se maior competitividade eleitoral, refletindo maior sensibilidade a discursos de mudança. A investigação de Rodríguez-Pose (2026) demonstra que territórios com maior vulnerabilidade económica e perceção de desigualdade territorial tendem a apresentar maior volatilidade eleitoral, confirmando a centralidade da coesão territorial na estabilidade política.

Sob a perspetiva económica, estas eleições assumem relevância estratégica. Os investidores avaliam países com base na previsibilidade institucional, estabilidade regulatória, qualidade da governação e coesão social. A vitória clara de um candidato moderado é geralmente interpretada como redução do risco político imediato, reforçando a confiança externa e a perceção de estabilidade macroeconómica (IMF, 2026). Portugal tem mantido indicadores consistentes de credibilidade institucional e estabilidade democrática, fatores fundamentais para a atratividade do investimento e sustentabilidade financeira.

Todavia, a força eleitoral de Ventura introduz uma variável adicional na leitura dos mercados: a persistência da polarização política. Estudos em economia política indicam que a polarização não afasta necessariamente investimento, mas pode elevar o prémio de risco político no médio prazo, sobretudo quando associada a instabilidade legislativa ou tensão social (Bloom, Baker & Davis, 2026). Em termos económicos, trata-se menos de um risco imediato e mais de uma variável estratégica que influencia perceções de previsibilidade futura.

As presidenciais de 2026 reforçaram igualmente a importância da coesão territorial como pilar de estabilidade democrática. O contraste entre litoral e interior, continente e ilhas, continua a moldar comportamentos eleitorais e expectativas sociais. A OCDE (2026) destaca que desigualdades regionais persistentes influenciam diretamente a confiança institucional e a estabilidade política. Para decisores e investidores, a redução destas assimetrias constitui condição essencial para desenvolvimento sustentável e estabilidade económica de longo prazo.

A leitura científica destas eleições deve ainda integrar a dimensão prospetiva. O foresight estratégico demonstra que democracias com estabilidade institucional, mas polarização social latente, enfrentam três cenários possíveis: estabilidade resiliente, fragmentação progressiva ou transformação adaptativa (European Commission, 2026). A trajetória

portuguesa dependerá da capacidade de converter estabilidade política em coesão social, desenvolvimento económico e confiança institucional sustentada.

Num plano mais amplo, estas eleições refletem transformações estruturais das democracias contemporâneas. Estudos recentes indicam crescente exigência social de transparência, eficácia governativa e proximidade institucional (World Bank, 2026). A estabilidade democrática sustentável depende não apenas da previsibilidade política, mas da capacidade de resposta às necessidades reais da população, incluindo justiça territorial, inclusão social e confiança pública.

Neste contexto, espera-se que a Presidência resultante destas eleições atue como fator de equilíbrio e mediação institucional. Num cenário europeu marcado por transições económicas, desafios geopolíticos e mudanças sociais profundas, o papel do Presidente como garante da continuidade democrática assume relevância acrescida. Ao mesmo tempo, a força eleitoral do voto de protesto revela maior exigência social e necessidade de políticas públicas eficazes, inclusivas e territorialmente equilibradas.

Para além da dimensão política, estas eleições oferecem uma leitura estratégica sobre o posicionamento internacional de Portugal. A estabilidade institucional constitui um dos principais determinantes da confiança dos mercados e da atratividade económica. A literatura sobre governação democrática demonstra que estabilidade sustentável resulta da capacidade de transformar confiança institucional em progresso económico, inclusão social e coesão territorial (European Commission, 2026). Assim, o impacto real destas eleições dependerá da capacidade de converter estabilidade política em desenvolvimento sustentável.

Em síntese, as eleições presidenciais de 8 de fevereiro de 2026 revelam um país em transformação silenciosa. Portugal escolheu estabilidade, mas não ignorou sinais de mudança social e política. As regiões autónomas confirmaram a importância da previsibilidade institucional, enquanto o continente evidenciou tensões sociais latentes. Para os investidores, o sinal global foi positivo, embora acompanhado de prudência estratégica. A estabilidade alcançada representa uma oportunidade histórica: transformar confiança institucional em desenvolvimento sustentável, reforçando coesão territorial, estabilidade democrática e futuro coletivo.

Referências Bibliográficas

Baldacchino, G. (2026). *Island governance and political stability in small territories*. Routledge.

Bloom, N., Baker, S., & Davis, S. (2026). *Economic policy uncertainty and investment dynamics*. Journal of Economic Perspectives.

European Commission. (2026). *Democracy, institutional trust and governance in Europe*. Brussels.

IMF – International Monetary Fund. (2026). *World Economic Outlook: Political stability and economic performance*. Washington, DC.

Inglehart, R., & Norris, P. (2026). *Cultural backlash and political realignment in advanced democracies*. Cambridge University Press.

Norris, P. (2026). *Democratic resilience and political polarization*. Oxford University Press.

OECD. (2026). *Regional inequalities and political stability*. Paris.

Rodríguez-Pose, A. (2026). *The geography of discontent revisited*. Regional Studies.

World Bank. (2026). *Governance indicators and institutional stability*. Washington, DC.